

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão.

Às dez horas e quarenta minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura sob a Presidência do Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Senhoras e Senhores, bom dia.

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Educação e Cultura, com base no que preceitua o Artigo 4º da Resolução nº 1.052/06 de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que:

(LENDO)

“Estabelece procedimentos especiais, prazo e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O Artigo 4º da Resolução nº 1.052/06 determina que a partir do dia 1º de janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente de Educação e Cultura é constituída por: Exmo. Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente; Exmo. Sr. Vereador Rubens Andrade, Vice-Presidente; Exmo. Sr. Vereador Jerominho, membro. No capítulo 9º. “das Políticas Sociais, Seção I, da Educação, Sub-Seção I, dos objetivos que estão contidos no Substitutivo nº. 3 do atual Plano Diretor que o Executivo enviou para a Câmara Municipal, no Art. 194.

(LENDO)

A Política de Educação tem como objetivos, quanto ao desenvolvimento urbano:

- I. consolidar o papel da escola como um dos principais meios de inserção do indivíduo no espaço coletivo e nos processos de gestão democrática da cidade;
- II. desenvolver uma educação de qualidade que garanta o direito de todos à construção de conhecimentos e valores numa perspectiva crítica e transformadora, interligando as múltiplas linguagens contemporâneas

- na experiência didática e integrando a comunidade ao processo educativo;
- III. otimizar recursos administrativos, orçamentários e financeiros, visando harmonizar os custos em benefício do cidadão a fim de oferecer melhores condições de trabalho e vida;
 - IV. articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas, em especial as políticas sociais com vista à inclusão social e cultural com equidade.

Artigo 195. São diretrizes da Política de Educação:

- I. universalizar o acesso e garantir a permanência do aluno na escola, buscando viabilizar o atendimento à demanda, inclusive daqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria;
- II. expandir e melhorar a qualidade dos serviços integrados, incluindo crianças com necessidades educativas especiais;
- III. democratizar a gestão da educação com a participação da comunidade escolar e local.

Artigo 196. A Política de Educação contemplará ações específicas relacionadas ao atendimento dos segmentos de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e de educação especial pela ampliação do atendimento da população residente em regiões de desenvolvimento humano mais baixo e articulação com os programas de geração de emprego e proteção contra o desemprego.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em relação aos equipamentos urbanos contidos no Substitutivo nº 3, o Artigo 142:

(LENDO)

Art. 142. A localização dos seguintes equipamentos urbanos observará o disposto neste Plano Diretor e a política setorial do órgão responsável, ouvidos os órgãos responsáveis pela articulação das Políticas Públicas, componentes do Sistemas Municipal de Planejamento Urbano e a comunidade local:

- I. unidades escolares de ensino fundamental;
- II. unidades escolares destinadas ao atendimento da educação infantil;
- III. unidades de saúde primárias e secundárias;
- IV. unidades de assistência social;
- V. bibliotecas públicas e demais equipamentos da área de cultura;
- VI. áreas de esporte e lazer.

§ 1º A localização de outros equipamentos como delegacias, complexos penitenciários, aterros sanitários e cemitérios deverá observar o disposto neste Plano Diretor.

§ 2º O Poder Executivo fiscalizará a operação e a manutenção dos equipamentos urbanos, garantindo, especialmente, a adequação do mobiliário urbano interno e externo aos portadores de necessidades especiais.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Da Secretaria Municipal de Educação, a Secretária Municipal de Educação, Sonia Maria Corrêa Mograbi, enviou justificativa:

(LENDO)

Senhor Vereador,

Acusamos o recebimento do Ofício CEC nº 02/2007, convidando a Secretaria Municipal de Educação para a Audiência Pública da Comissão Especial do Plano Diretor – Comissão de Educação e Cultura – a se realizar no dia 20 de março de 2007.

Informamos que na data acima mencionada os dirigentes do nível central e do nível intermediário da SME, estarão participando da reunião mensal da nossa Secretaria, conforme planejamento anual elaborado no início do ano em curso. Em função do exposto não poderemos atender ao seu convite.

Atenciosamente,

SONIA MARIA CORRÊA MOGRABI
Secretária Municipal de Educação

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Integram a Mesa, Sr. Vereador Jorge Felipe, Relator da Comissão Especial do Plano Diretor e Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira; Vereador Célio Lupparelli e Vereador Rubens Andrade, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura. Com a palavra o Sr. Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhor Presidente. Senhores e Senhoras presentes no Plenário.

Na abertura dos nossos trabalhos, eu até deixaria, em princípio, passar um pouco mais o tempo para que eu me pronunciasse. Mas, já que o Presidente da Comissão me deu a palavra, eu não vou me furtar a tecer os comentários. Cheguei a rascunhar alguma coisa, porque a gente aproveita o momento para poder formatar o discurso a respeito do tema a ser discutido. Mas, repito, acho que não seria a hora oportuna eu me dar mais um tempo. Entretanto, eu observo que esse tempo, 10h50, já é suficiente para eu mostrar indignação.

Com todo o respeito às pessoas que aqui estão e louvando a presença destas pessoas que estão aqui e agradecendo a Deus por estas pessoas serem iluminadas para virem até aqui, eu tenho que mostrar a minha indignação por um Plenário vazio. Este é o tema mais importante que se pode discutir numa sociedade. Nós

estamos vivendo agora – aí, a toda hora – a questão da criminalidade. Quando se fala em baixar a maioria Penal, aí o Plenário está cheio, como tem estado em todas as Audiências Públicas. O Plenário está cheio para determinadas pessoas jogarem para a torcida, no afã de amealhar votos, sem tratar a coisa sem o devido respeito, esquecendo que esse tema sim, o de hoje, é o que pode evitar que aquilo que nós discutíamos dias atrás venha acontecer.

Cheguei a escutar parlamentar defender a idéia da criação de um número maior de abrigos para menores, verdadeiros – desculpem o termo – galinheiros para menores infratores, esquecendo-se que pobre é o país que aplica os seus recursos preferencialmente nesse tipo de construção, nesse tipo de política, quando, na verdade, nós temos que discutir a construção de escola, melhorar a qualidade de ensino, aumentar o tempo das crianças na escola, aparelhar as escolas, qualificar o professor, tornar o professor mais feliz no exercício do seu trabalho. E, na hora em que a gente traz este tema, o Plenário está vazio. Onde estão aquelas pessoas que na outra Audiência estavam aqui, a discutir a criação, repito, de abrigos para menores? Cheguei até a ouvir pena de morte para menores – cheguei a ouvir, não sei se ouvi mal – mas não quis nem ouvir – gente que tem experiência parlamentar.

Então, é com muito pesar, é com muita tristeza, apesar de, respeitando os presentes, sinceramente, agradecendo a Deus, que deu a lucidez a todos nós de estarmos aqui discutindo, temos que registrar a nossa indignação. Não só pela ausência de entidades ligadas à educação, sejam elas oficiais ou não, como também a ausência dos parlamentares. Aqui tinham que estar os 50 Vereadores, Sr. Presidente, os 50 Vereadores. Todos deveriam estar aqui. É imperdoável essa ausência! É imperdoável, é injustificável a ausência de quem quer que seja, seja do Executivo seja do Legislativo. É imperdoável não estarem aqui nesta hora. Não se pode permitir tal coisa.

Em que fórum vão discutir então? Onde estarão essas pessoas neste momento?

Já me diziam que educação não dá voto. Mas, a questão não é essa. Vimos aí, há meses atrás, que um candidato a Presidente da República teve somente 1% dos votos. Mas essa é uma outra questão a ser discutida.

Então, Sr. Presidente, eu espero ainda usar da palavra em um outro momento para trazer propostas. Eu as tenho aqui. Tenho propostas concretas e vou citá-las em um momento mais adiante. Peço ao senhor que me retorne a palavra mais adiante, até porque o número de pessoas a falar será pequeno. Eu gostaria, portanto, de registrar depois essas nossas propostas com um Plenário, espero, um pouco maior, mas, eu não posso faltar, perder, melhor dizendo, essa oportunidade de me tornar muito triste e muito indignado com a ausência de professores, de CREs, da própria minha amiga, a Secretária Municipal de Educação, das entidades todas ligadas à Educação, gente do Poder Judiciário. Toda a sociedade organizada deveria ter representantes aqui. Isso tem que ser registrado como um desserviço à sociedade.

Já vimos esse filme quando tentou-se implantar a escola de horário integral, os chamados CIEPs, o quanto a mídia e o quanto nós, professores, o quanto a sociedade não foi lúcida ao abrigar, naquela época anos atrás, os CIEPs, a escola de horário integral, como realidade. E os produtos estão aí. Os resultados estão aí. Os resultados foram negativos. E agora, novamente, nós vemos o filme se

repetir, com o descaso total para com a Educação por parte de todos os segmentos da sociedade.

É, portanto, com muita tristeza que eu encerro essa minha primeira participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vereador Prof. Célio Lupparelli, no ano de 1994, há treze anos, quando eu me despedia do senhor no Colégio Pentágono, onde o senhor me deu aulas, durante três anos consecutivos, falava eu da oportunidade que tivemos de ter uma relação de amizade naquele colégio. Inclusive, mais tarde, na sua campanha para Vereador, eu o ajudei. Sei que não é função do Presidente emitir aqui uma opinião e sim mediar o que está acontecendo dentro da Audiência Pública. Mas, o senhor, com muita propriedade, e é com muito pesar que eu ratifico a situação que o senhor acaba de colocar, que é a situação da Educação em nosso município. E, quando eu falo em Educação, eu não estou falando somente dos alunos irem para as salas de aula, mas sim da Educação de um modo geral.

A base de tudo, de todos os problemas que existem no seio da nossa sociedade, advém da falta de educação. Mas não é só da Educação escolar. Dentro da sociedade, e como o senhor bem colocou, também a violência tem-se alastrado de forma avassaladora por conta da falta de amor, da falta de informação, da falta de valorização da família e das pessoas. A falta de educação advém de uma forma muito maior. Isso, nós aqui, dentro dessa Casa Legislativa, em que os assuntos vêm à tona, como é o caso do aborto e de alguns outros assuntos que parecem ser proibidos, pela Igreja ou por alguns setores da sociedade, mas que refletem, diretamente, no seio da nossa sociedade. Mas, nós não conseguimos, de alguma forma, resolver o problema porque eles preferem tapar os olhos diante do que está acontecendo do que encarar o problema de verdade.

E o problema de verdade é a falta de educação do povo, sim. São as famílias que estão se proliferando sem pai e sem mãe. As favelas estão crescendo. Nós não temos um controle de natalidade eficaz. As pessoas estão crescendo sem perspectiva de vida, sem perspectiva de terem acesso a uma boa educação, sem terem acesso ao que é certo e ao que é errado. E, quando você nasce dentro de uma família, em que você vê, como eu vi algumas vezes, dentro de algumas comunidades da Zona Oeste, em que meninas de 17 anos vão ao presídio e engravidam de traficantes, que perspectiva vai ter essa criança que já não é o primeiro filho dela? É geralmente o terceiro ou quarto. Que educação, que informação essa criança pode ter? A mãe dela não foi à escola, ou não teve uma escola de qualidade, não foi orientada.

Então, falta resolver o problema central. E o Poder Público, que tem por função e tem, repetidas vezes, feito isso, tenta resolver o problema na ponta, mas não temos nos preocupado em resolver o problema na origem. E o Plano Diretor Decenal da Cidade nos dá a oportunidade – e talvez não tenha a importância devida para as pessoas que compõem a sociedade – de melhorias que virão daqui a cinco, dez ou 20 anos. Se não orientarmos devidamente a população, se não conseguimos sensibilizá-la de que aqui é o local onde vão ser discutidos os assuntos e os problemas poderão ser solucionados, assim como problemas futuros serão evitados, vamos continuar com esses graves acontecimentos, as

ruas tomadas por assaltantes, as crianças sem perspectivas de vida nos sinais, a violência aumentando cada vez mais. Esse problema vai ser minimizado quando a situação da Educação for priorizada pelo governo, nas três esferas: municipal, estadual e federal. As crianças precisam ser orientadas, a população carente precisa ser orientada. Não se faz necessário só promover saneamento básico, distribuir cestas básicas, Bolsa-Família ou Bolsa-Escola; e, sim, dar educação ao povo, para que se previnam as doenças, para que crianças não sejam jogadas no seio da sociedade, sem pedir. Crianças são jogadas dentro de uma comunidade carente, dentro de favelas e não pediram para estar ali; são jogadas no seio dessa comunidade e não têm assistência alguma, assim como as mães não têm condições psicológicas ou emocionais para dar orientação às crianças.

Por isso faço esse desabafo. Acho pertinente deixá-lo relatado.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Senhor Presidente desta Audiência, Vereador Dr. Jairinho, Vereador membro da Comissão Especial do Plano Diretor, Jorge Felipe, Vereador que compõe a Mesa, Vereador Prof. Célio Lupparelli e Vereador Romualdo Boaventura: as palavras iniciais do Vereador Prof. Célio Lupparelli foram muito importantes, e sentimos aqui a ausência de membros da Comissão Especial do Plano Diretor, Vereador Guaraná, Vereador Lucinha, Vereador Chiquinho Brazão, Vereador Nadinho de Rio das Pedras, Vereadora Aspásia Camargo, Vereador Jorge Pereira e Vereador Jerominho.

Mais ainda, como falou aqui o Vereador Prof. Célio Lupparelli, a presença no Plenário, segundo o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, deveria ser bem mais significativa, pois foi solicitada a presença de diversas entidades, universidades, institutos, diretores de escolas, sindicatos; enfim, foram convocados para esta Audiência Pública. Mas não é por isso que vamos deixar de discutir, debater e propor a revisão do Plano Diretor, com questões fundamentais relacionadas à Educação e à Cultura. Não vamos fugir à nossa responsabilidade.

Ao escutar o Vereador Prof. Célio Lupparelli, ele falava de duas questões: ensino integral e tempo integral, fazendo uma autocrítica que poucos têm coragem de fazer. A Educação é colocada na pauta da discussão política em nossa cidade nos idos de 1982, pelo então candidato ao Governo do Estado. Engenheiro Leonel Brizola, quando, no famoso debate, o único debate na Rede Globo, falava da construção de uma escola sem a perspectiva que tínhamos, uma escola com formato de caixote, de três ou quatro andares. Falava de uma escola ampla, com quadra coberta e, quem sabe um dia, com piscinas, bibliotecas, com rampas de acesso e com a grande discussão de que educasse alunos e professores, projetada pelo nosso Arquiteto Oscar Niemeyer, que este ano completa 100 anos, um Ícone Internacional da Arquitetura e também das lutas sociais no Brasil e no mundo. Um quarto de século transcorrido, e temos o debate colocado no dia-a-dia, como foi falado pelo Vereador Prof. Célio Lupparelli. Está aí na Ordem do Dia a maioria e os desdobramentos. É importante discutir, não nego, mas, como falamos em Educação, quero partir

objetivamente do Plano Diretor que vigora em nossa cidade, Srs. Vereadores, demais presentes.

O Plano Diretor de 1992 avançou em várias questões. Os senhores e as senhoras devem fazer uma leitura da sua publicação, das políticas setoriais. Nós vamos ver que temos aqui a Política de Meio Ambiente e Valorização do Patrimônio Cultural. Falamos também dos Programas de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural e do ambiente urbano. E falamos, em uma subseção, do programa de educação ambiental e de defesa do meio ambiente. Mas, nesse Plano Diretor, Srs. Vereadores, vocês podem fazer uma pesquisa detalhada: ele não precisa a Educação num planejamento do início dos anos 90 ao início de 2002, vigência de 10 anos do Plano Diretor. Então, é dessa realidade que eu parto aqui, para que nós possamos detalhar a questão da Educação no Plano Diretor. Ele não tem precisão. Então, aqui já fica uma crítica e autocrítica ao Plano Diretor na vigência.

Tive também oportunidade de me debruçar sobre a mensagem enviada pelo Prefeito propondo a revisão do Plano Diretor, que também deixa a desejar. Consultei os Substitutos nº 1 e nº 2, também a mesma coisa. E trago aqui para leitura e para o nosso Debate o que trata o Substituto nº 3, que é de autoria do Poder Executivo; logo, eu compreendo que seja o que o Poder Executivo compreenda para política, no termo específico, de Educação, no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Então, nós vamos ver lá na página 63 – das políticas sociais, da educação, dos objetivos – Art. 194.

Essa é a mensagem do Poder Executivo que nós vamos ter que debater aqui, emendar, alterar, modificar, substituir, suprimir, enfim:

(LENDO)

A Política de Educação tem como objetivos, quanto ao desenvolvimento urbano:

- I. consolidar o papel da escola como um dos principais meios de inserção do indivíduo no espaço coletivo e nos processos de gestão democrática da cidade;
- II. desenvolver uma educação de qualidade que garanta o direito de todos à construção de conhecimentos e valores numa perspectiva crítica e transformadora, interligando as múltiplas linguagens contemporâneas na experiência didática e integrando a comunidade ao processo educativo;
- III. otimizar recursos administrativos, orçamentários e financeiros, visando harmonizar os custos em benefício do cidadão a fim de oferecer melhores condições de trabalho e vida;
- IV. articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas, em especial as políticas sociais com vista à inclusão social e cultural com equidade.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Aí vem, das diretrizes, ou seja, os objetivos que a Prefeitura traça no Substitutivo nº 3, enviado a essa Casa. E das diretrizes, que aí é o Art. 195.

(LENDO)

Art. 195. São diretrizes da Política de Educação:

- I. universalizar o acesso e garantir a permanência do aluno na escola, buscando viabilizar o atendimento à demanda, inclusive daqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria;
- II. expandir e melhorar a qualidade dos serviços integrados, incluindo crianças com necessidades educativas especiais;
- III. democratizar a gestão da educação com a participação da comunidade escolar e local.

Art. 196. A Política de Educação contemplará ações específicas relacionadas ao atendimento dos segmentos de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e de educação especial pela ampliação do atendimento da população residente em regiões de desenvolvimento humano mais baixo e articulação com os programas de geração de emprego e proteção contra o desemprego.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Acabou. Isso é o que a proposta do Poder Executivo trata para o Plano Diretor da nossa Cidade. Isso é muito pouco. Eu considero quase que nada. Nem digo que seria uma carta de intenções, eu não sei o que é, porque nós já cansamos de ler isso em algum lugar. Eu acho que, certamente, para as pessoas que debatem nessas faculdades em Educação ou no dia-a-dia, discutindo uma política educacional, são três artigos de boa vontade.

E isso, Vereador Jorge Felipe, eu não sei onde vai caber dentro do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Vereador Jairinho, Vereador Prof. Célio Lupparelli e Vereador Romualdo Boaventura. Isso não é uma questão de governo, de partido político, até de fundo ideológico, como falou o Vereador Célio Lupparelli, de priorizar. E priorizar, como bem diz Joelmir Betting, é excluir; se você prioriza alguma coisa, não dá conta para você contemplar o todo. E se Educação é algo que, no discurso, no dia-a-dia da nossa sociedade, como falei aqui, nós reconhecemos importante e fundamental para nossa sociedade, na prática, como falou o Vereador Lupparelli, eleitoralmente você tem um retorno. Citava um candidato à Presidência da República que fincou como bandeira na sua caminhada a Educação. E se reflete aqui numa Audiência Pública para se discutir Educação no Plano Diretor da nossa cidade, com uma presença, com certeza, com os que aqui estão, com qualidade, porque já rompemos a inércia de não participar, ou se estar aqui simplesmente protestando e reclamando, ou restringindo a Educação à questão salarial, que é fundamental. Penso que nós possamos daqui avançar, de forma concreta, que o Plano Diretor possa atender a esses interesses.

O que eu quero dizer? Não que a carta de intenções, ou de boa vontade, tenha que ser suprimida do texto. Não estou dizendo isso. Ela pode até ser

mantida, mas nós temos que, nessa revisão do Plano Diretor, precisar o que esse Plano Diretor vai tratar da Educação. Por exemplo: aqui trata, de forma genérica, da população residente em regiões de desenvolvimento humano mais baixo, que é o IDH da nossa cidade. Penso que o Plano Diretor tem que levar em conta, e nós vamos trabalhar para isso, que as áreas da nossa cidade onde o IDH é baixo têm que ser as áreas em que tenham que ser prioritariamente implantadas as creches da nossa cidade. Não tem como fugir a isso, Srs. Vereadores. E no Plano Diretor tem que se colocar isso, porque isso é um equipamento público, é um equipamento urbano. E não acontecer, por exemplo, como em Santa Cruz - é bom dar esse exemplo - na comunidade antes do Morro do Chá, lado oposto de Antares, em que a Escola Municipal Álvaro Valle, já falecido e Deputado Federal -, funcionou numa construção provisória, enquanto se construía uma escola de alvenaria, e quando terminou houve a mudança para a escola construída. E aquele equipamento, que tem possibilidade de uso de cinco a 10 anos, encontra-se desativado, sem nenhum uso, e ali poderia estar funcionando uma unidade da Educação, complementando o ensino fundamental.

Então, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro tem que deixar claro aqui, na Educação, que há prioridade de implantação de creches; e por que creche? Porque é mais do que convencimento dos educadores, dos profissionais da Educação, da realidade sócio-econômica das mães e dos pais que precisam trabalhar, que a creche, no conceito que nós entendemos como creche parte da educação e não mais da Assistência Social, é algo fundamental para essa população. Então, o Plano Diretor tem que colocar isso claramente, que as creches devem ser implantadas nas áreas com Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo. E pára por aí? Não, porque vamos ter que fazer uma ponte. Os nomes mudam muito. É algo que, na Educação, venho acompanhando há muito tempo. Os nomes são maravilhosos, bonitos os conceitos - como falei aqui da carta de intenções. Mas vou traduzir da forma como nós concebemos e compreendemos, porque estamos tendo uma outra alteração no município, dos ciclos, que não está aqui em debate. É aquela fase da nossa pré-escola. A criança sai da creche com três anos e 11 meses, então precisa da pré-escola. Precisamos de um outro equipamento no ensino básico, que é a pré-escola.

Também o Plano Diretor tem que colocar que, nessas áreas onde o Índice de Desenvolvimento Humano é baixo - citei Santa Cruz porque é assim considerada - estou dando aqui dois exemplos, sua área periférica e a área 3.3, Acari e seu entorno, de acordo com estudos recentes a que temos acesso - é necessário ter a unidade pré-escolar. No Plano Diretor tem que constar isso, para direcionar um planejamento efetivo nos próximos 10 anos: que nas áreas onde os Índices de Desenvolvimento Humano são menores, hoje, a Educação comece com creche/pré-escola, intervenção fundamental para preparar a criança para que, ao chegar ao nosso antigo primário - nossa chamada 1ª série, e assim gosto de tratar mesmo, porque os conceitos mudam, mas a essência, que é fundamental, fica no resultado final que temos acompanhado, como as avaliações do mês de março, a que todos tiveram acesso, na conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Isso é responsabilidade do Poder Público, porque é de baixo que se constrói a casa - vamos usar essa linguagem metafórica, e só então há condições de crescer, ou não. Se você não fizer uma estrutura fundamental, não tem condição de fazer segundo piso, terceiro, e por aí

vai. Pois bem, os resultados têm se mostrado falhos, então, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro precisa apontar para isso, a partir do que está colocado nos artigos 194, 195 e 196, que não existiam há 10 anos. Mas se o Plano Diretor, como foi sugerido em intervenções que acompanhamos, não precisar isso - e esse Plano Diretor não é apenas para os próximos 18 meses, ou seja, segundo semestre de 2007 e 2008, é um plano que será implementado, principalmente pelas próximas gestões em nossa cidade. Enfim, essa é uma questão objetiva e estratégica. Por que estou focando nessa questão? Porque a educação infantil não conseguiu a sua universalização em nossa cidade, as creches e a pré-escola. E, pelo que contém no Plano Municipal de Educação, enviado pelo Poder Executivo a esta Casa, também não há uma previsão de que nos próximos oito anos possamos ter uma universalização efetiva em nossa cidade. Então, o Plano Diretor tem que dar essa contribuição fundamental. Mais ainda: no Plano Diretor deveria constar, como falou o Vereador Prof. Célio Lupparelli, o que é um desejo, um sonho, de certa maneira, que é universalizar não só a Educação em tempo integral, mas a educação integral. São coisas distintas. Você pode ter a criança o dia inteiro na escola, mas não ser uma educação integral, complementar às atividades importantes na formação dessa criança, desse adolescente.

O Plano Diretor precisa apontar para equipamentos que em nossa cidade sejam implementados - e aí não estou falando mais de creche, nem de pré-escola, Vereador Romualdo Boaventura - mas de equipamentos que possam dar conta da educação em tempo integral e da educação integral, do ensino integralmente. E o que tem a ver isso com o Plano Diretor? Tudo! Porque a partir desse conceito é que vamos saber se 3 mil metros quadrados são suficientes ou não! Logo, isso tem uma relação. O uso e ocupação do solo em áreas da Cidade do Rio de Janeiro, que são hoje as áreas não adensadas, e até aquelas adensadas, como eu falei aqui da Região A-3.3 - estou sendo preciso, porque o Plano Diretor, como foi dito aqui, necessita dessa precisão - é necessário para que se possa ter uma compreensão de que 3 mil metros não serão suficientes. Logo, 5 mil metros serão necessários! E o Plano Diretor tem que ter essas condições, para que o Poder Executivo possa, a partir da Legislação, planejar o uso do solo, a partir do projeto de alinhamento, de loteamento e tudo mais, para que se possa ter esse equipamento importante.

Por que estou falando isso? Porque nós tivemos, nesta Casa, projetos de leis em que se votava para que em áreas como Barra da Tijuca, que é obrigada, pela Legislação de Condomínios, à construção desse equipamento, da escola, e que isso, teoricamente, não se fazia necessário, porque é um bairro de classe média e média alta... Estou relatando um fato já ocorrido nesta Casa. Então, ali poderia ser feita uma praça, um outro equipamento que necessariamente não fosse para a educação em nossa cidade. Isso é algo que, se a moda pega, é complicado, porque as mães trabalham, os pais trabalham; é uma região da Cidade do Rio de Janeiro onde a taxa de oferta do mercado de trabalho é alta, seja pela construção civil, pelos serviços do comércio, ou nas próprias residências, pelas unidades que são construídas para a classe média e média alta. No Brasil, existe a pessoa que faz a conservação da casa, a limpeza, que tem seus filhos, e os pais também. Se esquecemos de pensar numa creche ou numa pré-escola porque é na Barra da Tijuca, essa criança fica na comunidade em uma situação, aí sim, como foi dito

aqui, de risco. E, por que não, já que se garante o deslocamento, por lei, do aluno casa/escola, escola/casa, por que não criar essas condições para que possa ter um maior tempo com os pais, nem que seja esse do deslocamento de casa, e o pai o deixe na escola ou na creche e possa trabalhar e, no retorno, o apanha. Isso tem a ver com o Plano Diretor.

Enfim, são várias vertentes que nós precisamos debater. Eu passei do meu tempo da fala e não quero ser anti-democrático, mas estou focando especificamente essas questões, porque a nossa compreensão, muitas vezes, é pensar em educação como uma coisa subjetiva, que não tem uma ligação com o dia a dia das pessoas. Aí, logo surgem três artigos no Plano Diretor, genéricos, de boa vontade, mas nós temos que ter a responsabilidade de desdobrar isso para que possa, na prática, se materializar e transformar a vida das pessoas. A Educação vai, em um processo de formação, se transformar em ganhos para a cidade. Quando nós formamos e não sai dali o erudito, ou aquele que de repente sabe tudo, mas sim aquele que tem compreensão de viver na coletividade, como fala em um desses artigos na proposta do Substitutivo nº 3. A Educação, da forma como vem se dando, tem deixado a desejar, e muito, em nossa cidade, em nosso estado, em nosso Brasil. Isso é algo, por mais que possa se falar de construções, ou seja lá o que for, mas nós somos pessoas. Não é isso? Nós vivemos com outras pessoas. Então, essa é a contribuição. Eu quero deixar aqui, nesse momento, para esse debate aqui nesta Audiência Pública, quero propor aqui, Vereador Dr. Jairinho, membro também da Comissão de Educação e Cultura, e Vereador Jorge Felipe, que são membros da Comissão de Revisão do Plano Diretor, são os dois que estão presentes neste momento, que nós possamos, Srs. Vereadores, dar continuidade a essas Audiências com duas vertentes.

Primeiro, por uma questão de ordem prática, que possamos, talvez, realizar essas Audiências às 18h., no Plenário da Casa. Fica aqui a sugestão.

Segundo, que possamos promover essas Audiências, nem que seja a da Educação, que é uma coisa efetiva para se debater – na oportunidade da Audiência da Saúde vou propor o mesmo: que sejam priorizadas as áreas onde o Índice de Desenvolvimento Humano é mais baixo, porque o Plano Diretor precisa trabalhar para reduzir esse abismo em nossa cidade: Vereador Nadinho, que eu vejo aqui que é membro da Comissão, sentimos sua falta, e Vereadora Silvia Pontes, que está aqui no Plenário, que possamos fazer Audiência nessas áreas, para que a população compreenda a importância de um equipamento público da educação e suas comunidades. Mas com qual objetivo? Para que todos entendam que aquele prédio público pertence aos seus filhos, à família, aos netos, e passem a conservá-lo. Justamente por falta da formação e da compreensão do que é viver com o outro em uma sociedade, apesar de todos os problemas, é que vamos gerando essa cidade conflituosa. Não é só uma questão da Segurança Pública, é do convívio das pessoas e do relacionamento, que nós acompanhamos no dia-a-dia. Então, são essas as contribuições que eu quero deixar neste primeiro momento para a Comissão de Educação e Cultura e todos que estão participando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Com a palavra, a Vereadora Silvia Pontes.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Bom-dia para todos, cumprimentando a Mesa, cumprimentando os presentes. Cheguei atrasada porque estou fazendo fisioterapia. Ainda não melhorei, mas como professora eu não podia deixar de estar aqui, ouvindo e dando as minhas sugestões. Eu estava falando sobre a questão do Desenvolvimento Urbano. Eu sugiro, na verdade, que a Comissão promova um debate com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Urbanismo, juntamente com os Vereadores, para buscarmos propostas para o Plano Diretor, objetivando melhor integração dos objetivos com relação ao aspecto urbano. E com relação às diretrizes, eu acho que o princípio da universalização e da expansão dos serviços propondo a democratização do serviço, a sugestão que eu dou é de ampliar o papel das escolas com relação à implementação de Políticas Públicas Sociais, voltadas em particular à população mais carente. Dotar as escolas de áreas para o esporte. Eu dou como exemplo o Ciep Bento Rubião, na Rocinha, onde estive e vi uma vontade política muito grande de um grupo que estava praticando futevôlei. Só que futevôlei é na praia onde tem areia. Então, a comunidade se juntou e fez uma quadra de futevôlei com areia. Num compromisso com a diretora de que depois iam demover a quadra. Quando cheguei lá, era um evento enorme em que a comunidade estava toda envolvida, eu tentei através da conversa, de minha sensibilização através do esporte, dizer à diretora da importância que eu via de manter aquela quadra porque a comunidade estava toda envolvida. Só que quando eu fui conversar com a Secretária de Educação, fui entender o lado dela, que disse: “Silvia, é muito bom, acho interessante, a comunidade está toda envolvida, mas tem o aspecto da segurança na escola. Nós não podemos ficar trazendo para dentro da escola a comunidade como um todo porque aí foge à segurança. Que responsabilidade eu vou ter com o pai de um aluno se acontece algum problema na escola, ao dizer que a escola estava aberta à comunidade”.

Mas acho importante essa discussão porque, por exemplo, lá no Ciep Bento Rubião, eu percebi que tem uma área enorme que através do Plano Diretor poderíamos discutir, exemplificando essa escola, como têm outras, que tem a área mas não tem área de esporte. Então, que a gente tivesse a sensibilidade para que nessas escolas que têm esse espaços, eles possam ser utilizados fazendo quadras esportivas. E fora isso, para que a comunidade, fora do horário da escola, pudesse utilizar mais esse espaço, que no Ciep, por exemplo, é grande. Eu acho que merece uma discussão maior porque eu acho muito tímido no Plano Diretor, com relação à Educação, é muito pequeno. Então, eu acho que é uma discussão que a gente poderia avançar mais. Era isso que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Agora a Sra. Rosirene de Souza Carneiro, do Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor.

A SRA. ROSIRENE DE SOUZA CARNEIRO – Bom dia a todos e a todas, em homenagem à minha colega Olga Amélia, que praticamente criou esse bom dia a todos e a todas.

É lamentável que o Plenário esteja esvaziado na discussão da Educação. Eu fiz o curso de Magistério, pouco atuei como professora mas tenho uma

preocupação muito grande. A semana passada, a minha filha de 17 anos começou a discutir comigo a questão da educação – à noite porque eu só chego em casa à noite. E ela tem reclamando muito durante todos esses anos – ela está no último ano do ensino médio – sobre a dificuldade que os professores estão tendo na prática de ensino, para transmitir, passar. Então, nós temos um grande problema diante de nós mesmos, os professores, principalmente aqueles que estão atuando. E eu gostaria de propor ao Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, a reciclagem para o profissional da área, e os pais existentes e que acompanham a vida escolar do seu filho, participassem das atividades, o mínimo que fosse, inclusive nas reuniões de pais e mestres que não existem mais, praticamente.

Nós temos que acompanhar os nossos filhos diante da questão educação, seja em sala de aula, seja na formação do lar. Realmente o Vereador falou no início da Plenária a questão da formação das crianças, das nossas crianças, a formação do lar. Ele quis se referir com certeza que vai começar no berço. Nós temos que começar a nos preocupar a dar atenção na questão da formação do lar. Nós temos que conversar, sim, com nossos filhos. E volto à minha filha: eu estou acompanhando a questão do adolescente, da criança, e até do adulto mesmo, para focar uma visão total com relação ao comportamento de cada criança, de cada aluno, em diversas áreas. Eu confesso que eu estou preocupada. É preocupante. E nós temos que ter uma visão global também com relação à administração da educação. Gente, eu tenho informações – eu não tenho provas – escabrosas. É preocupante, e isso também está contribuindo com a questão da educação. E com relação ao Vereador Rubens Andrade, a exposição dele é com relação ao mínimo que está no conteúdo do Substitutivo 3. Ele tem razão, com relação a creches. Eu lembro que eu sou dinossaura, não é? Eu lembro de creches de antigamente, nós tínhamos creches, excelentes creches, até o Rio de Janeiro mesmo, a Prefeitura tinha creches excelentes; as crianças, inclusive, cada criança que compõe as creches das Prefeituras têm até salário, mas são única e exclusivas de funcionários. E deveriam abrir para a população do Rio de Janeiro, principalmente aquelas crianças que não têm mais pais, que estão perambulando pelas ruas, esmolando e entrando nas drogas. Eu gostaria de falar muito mais para uma platéia bem grande, mas eu tenho certeza que alguma coisa vai fluir através da TV - Câmara, que eu gostaria de sugerir que ficasse aberta para as famílias que estão em casa assistindo. É um canal fechado, a TV-Câmara. Muita gente assiste, mas a maioria não. E o Plano Diretor precisa crescer divulgando. Ele tem que ser divulgado. Ele tem que ser bradado aos quatro cantos do Rio de Janeiro, pelo menos. E aí nós vamos vencer, principalmente com a união da sociedade civil, dos membros do Fórum Popular de Participação, todas as lideranças interessadas, ele vai ser vitorioso, sim, mas nós temos que nos unir. Vamos deixar as divergências de lado, depois que nós resolvermos e corrigirmos e votarmos conscientes, ampliando cada vez mais com propostas, aí a gente pode sair assim para o campo de guerra e extravasar as nossas iras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Obrigado.

Queria passar a palavra para Lígia Viana Mendes, Professora.

A SRA. LÍGIA VIANA MENDES – Bom dia. Colegas, eu vou reiterar a palavra da companheira Carneiro. Na área de Educação, gostaríamos de ver este Plenário cheio. E digo isso porque são 47 anos que digo besteira neste país – acho que acabei de ver uma colega aqui que foi minha colega de Cefet. Na área de Educação, todos deveríamos estar aqui, para pelo menos colocar suas experiências e suas observações. Porque a tecnologia é uma só ou são várias, de acordo com a vertente que escolhemos, mas a experiência de cada um faz com que aquele aluno se dê bem ou se dê mal.

Eu queria ilustrar duas coisas. Primeiro, um fato de notório desabono à falta de reconhecimento prático da nossa Educação no que diz respeito ao uso de Paulo Freire. O mundo inteiro está usando, e nós aqui, questionamos e geralmente adotamos ideologias, filosofias de autores estrangeiros, quanto temos reconhecimento nas maiores universidades do mundo do estudo de Paulo Freire. Tive a oportunidade de ver isso em Cuba, quando a senhora dele foi homenageada. Todos lá estavam, inclusive professores de universidades inglesas e da Finlândia, que atualmente é o maior ensino do mundo, e reconheciam a qualidade do nosso educador. E nós aqui questionamos e vamos buscar outras qualidades.

Outra coisa é a necessidade de nós introduzirmos, no ensino fundamental, que é um ensino do qual estou um pouco afastada há quatro anos, línguas estrangeiras, introduzimos vários conhecimentos e deixamos de introduzir o conhecimento do cotidiano, daquela educação que vem da nossa casa.

Outro dia fui visitar uma colega e ela apresentou uma festa. E nessa festa infantil, numa escola fundamental, eu vi uma mãe dizer que educação ela dava em casa. Nós somos professores. Educação ela não vem só de casa. O termo já diz. Ela vem de casa e vai até à escola. Se ela não continuar na vertente escolar, que somos nós, ela não tem razão de ser, pela própria definição. Então, eu digo uma coisa, as experiências que temos dos nossos índios, na área de educação ambiental, deveriam ser aproveitadas e trazidas. Temos aqui no Rio um grupo de indígenas que estão tentando um contato com os especialistas em Educação, com os especialistas em Engenharia, por quê? Porque eles têm experiências de anos em Biotecnologia: coisa que nós estamos entrando agora e conhecemos pouco. Nós o chamamos de conhecimento sobre a biodiversidade. Isso pode ser passado de maneira simples para os nossos alunos, de maneira concreta e de maneira barata, através de palestras, de contatos, de feiras, que estão à disposição aqui, na antiga Casa do Índio, ali no Maracanã.

Então, eu acho que essas coisas, que a gente vê em outros países, não são preocupação aqui. Aqui a gente se preocupa com a beleza do prédio. A beleza do prédio nem sempre é o mais importante. Pude retratar isso em Cuba e se pode verificar isso pela Internet, abrindo-se a Folha da Embaixada da Finlândia. É o país de melhor nível de Educação no mundo. Eu, como professora que sou, e não cientista, quando eu falo, eu indico a fonte. Eu uso o que os outros cientistas implantam e descobrem, como muitos de nós.

Senhores, peço mais uma vez a esse Plenário, e às autoridades competentes que aqui estão tentando delinear um Plano Diretor, que não só repensemos a utilização de Paulo Freire aqui, com algumas modificações ou

não, mas, também, o uso de nossos CIEPs. Lugar de criança é na escola. E lugar de professor é na escola também, mas bem pago, porque precisamos melhorar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Queria agradecer e registrar a presença dos Vereadores que vieram visitar a nossa cidade provenientes do Paraguai, das cidades de Pilar, Caaguazú, Assunción, Nueva Londres, San Pablo e San Lorenzo. Queria agradecer aos Vereadores Cristóbal Alfredo, Matias Arturo, Alfredo Javier, Luís Frederico, Luís Gilberto, Edward José, Erico Rafael; ainda, Oscar Javier, Evelio, Quintin, Ramón, Norma Beatriz, Francisco, Osmar, Petrona Arrua, Doris Noemi e Aníbal Enrique, e os Assessores Antonio Gilberto, Hugo Nicolas, Isabelino e Jaime.

(PALMAS)

Gostaria de informar que nós estamos promovendo aqui uma Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura, que é uma Comissão Permanente desta Câmara Municipal, para tratar a respeito do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Com a palavra, a Vereadora Norma Beatriz Martinez de Poisson, Vereadora de Caaguazú.

A SRA. VEREADORA NORMA BEATRIZ MARTINEZ DE POISSON – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Dr. Jairinho, e bom dia a todos os demais Vereadores e público presentes a esta Audiência Pública. É uma grande honra estarmos aqui hoje. Nós vimos de diferentes municípios, de diferentes estados do meu país, com a intenção de conhecer como isto funciona, como é que vocês funcionam, de tal maneira a levar a experiência de vocês para nosso país, o Paraguai, país irmão do Brasil. Vocês têm muita experiência e têm muitas realizações em defesa de direitos que já são uma realidade para vocês. Para nós, todavia, são sonhos.

Então, nós queremos levar vossa experiência para implementar em nosso país, de tal maneira que o povo paraguaio também, como vocês, possa seguir crescendo, no Mercosul e na América Latina, em benefício da comunidade e em benefício do povo paraguaio e do povo latino-americano.

Eu agradeço a gentileza de ter-nos recebido e atendido hoje, e esperamos voltar brevemente para trazer-lhes as nossas experiências e poder compartilhá-las com vocês. Muito obrigada, em nome de todos os meus companheiros que estão hoje presentes aqui. E me desculpem pelo meu português.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Nós agradecemos a presença da comitiva do Paraguai.

Informamos que estão presentes a esta Audiência Pública, além de mim, os Vereadores Rubens Andrade, Jorge Felipe, Prof. Célio Lupparelli, Romualdo Boaventura e Nadinho de Rio das Pedras.

Com a palavra, Nena Dupré, assessora da Vereadora Aspásia Camargo.

A SRA. NENA DUPRÉ – Bom dia a todos! Gostaria de dar as boas-vindas aos Vereadores do Paraguai. Sejam bem-vindos ao Brasil! Espero uma boa estada de vocês aqui. Peço desculpas pelo não comparecimento da Vereadora Aspásia Camargo, que se encontra em um Seminário sobre mudanças climáticas, na PUC, no qual é palestrante. Gostaria de reafirmar, conforme ela disse ontem aqui, que a única forma de a Educação no Rio de Janeiro incluir crianças e tirar crianças da rua, promovendo a inclusão, é fazer a escola em tempo integral, principalmente nas áreas, como bem disse o Vereador Rubens Andrade, de baixo IDH. Agradeço muito e peço desculpas em nome dela.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Senhor Vereador Romualdo Boaventura, com a palavra.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – Senhor Presidente, nobre Vereador Dr. Jairinho, Srs. Vereadores Jorge Felipe, Prof. Célio Lupparelli, Rubens Andrade, Vereadores que estavam aqui presentes, mas no momento não estão mais, infelizmente, senhores que participam desta Audiência Pública, funcionários, todos aqui presentes hoje: acho que é importante, nobres Vereadores, fazermos colocações sobre tudo o que foi dito aqui.

O Vereador Dr. Jairinho sabe que, na primeira Audiência Pública que houve aqui para a instalação desta Comissão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, eu fui entusiasta, fiz um discurso entusiasmado com relação à iniciativa da Câmara de Vereadores, louvando mesmo a iniciativa. É um Plano que está parado há anos, sem evoluir. Precisamos dar uma satisfação à sociedade, colocá-lo em votação, em execução, assim como os Planos de Estruturação Urbana. Naquela ocasião, não sei se fiz menção, mas faço hoje, que foi uma luta para colocarmos para votar, porque não é perfeito, o PEU de Campo Grande, área que represento. Quando estive aqui, no outro mandato, estava há 10 anos sem ser colocado em votação. Lutamos, lutamos e colocamos o PEU. Hoje, Campo Grande tem um PEU, assim como outras áreas da cidade precisam, como Guaratiba e outras áreas. Louvei naquela oportunidade. Mas hoje, nobre Presidente, não posso continuar louvando. Temos aqui essa situação de Plenário vazio, que merece algumas observações. Ontem, estive aqui participando de reunião conjunta das Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Comissão de Justiça e Redação, e também tivemos o Plenário vazio, considerando a importância da discussão dos temas em questão. Isso pode se dar por diversos motivos. Ontem mesmo, o Vereador Jorge Felipe, que presidia a Audiência, falou sobre alguma deficiência no que diz respeito à comunicação. Fazemos um *mea culpa* e verificamos o que acontece. Não podemos arrastar, levando adiante algo tão importante como o que realizamos aqui na Câmara, sem a participação efetiva dos Vereadores e da sociedade, porque obteremos resultado inócuo, sem participação, sem debates, sem contribuições das diversas instituições e órgãos que deveriam estar aqui debatendo.

Com relação à colocação do Prof. Célio Lupparelli, nosso Vereador querido, amigo, a respeito da Secretaria Municipal de Educação, faço menção de

que hoje está publicado no Diário da Câmara um ofício da nobre Secretária Sônia Mograbi, em que ela cita que, dentro de um planejamento anual, estabelecido no início do mês de janeiro, da Secretaria de Educação, hoje toda a Secretaria está em reunião mensal de planejamento. É notório, todos sabemos – pelo menos todos aqueles que acompanham as atividades da Câmara Municipal – que a Secretaria Municipal de Educação sempre se faz presente, participando não só com a Secretária, como também com representantes das Coordenadorias Regionais, e poderiam estar aqui, só não estando por esse motivo que está, inclusive, publicado hoje. Esse calendário da Comissão do Plano Diretor foi definido no final de janeiro, e o planejamento anual da Secretaria de Educação é realizado no início de janeiro. Estamos, hoje, sem a presença da Secretaria de Educação aqui, em função desse motivo. Tenho certeza de que a Secretária e vários representantes da Secretaria gostariam de estar aqui.

Outra consideração, com relação ainda ao Plenário vazio: acho que, nessa comunicação, temos que ser efetivos com os Vereadores, principalmente com aqueles que participam do Plano Diretor. Na implantação do Plano Diretor, eu estava aqui, e tínhamos diversos Vereadores da Comissão. Acho que cabe essa colocação que faço aqui como um apelo aos nossos colegas Vereadores, principalmente aqueles que fazem parte dessa Comissão, para estarem aqui participando e discutindo os assuntos pertinentes, sob pena de serem cobrados de uma forma mais efetiva, numa outra oportunidade.

E com relação à situação da escola em discussão, queria também... E ontem o Vereador Jorge Felipe fez uma colocação, naquela reunião que fazíamos com relação ao objetivo específico que está se discutindo, que é o Plano Diretor - não é isso, Vereador? Nós estamos discutindo nessa Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura, me parece, especificamente a questão do Plano Diretor. E o Plano Diretor, no nosso Substitutivo nº 3, que está sendo discutido, no Art. 5º - eu peguei algumas coisas sobre educação para falar - diz o seguinte: “O Plano Diretor define as bases para o planejamento urbano e para o controle de uso da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano, de modo a torná-lo sustentável”.

Então, com relação realmente à questão da Educação em si, embora seja importantíssimo - e eu sou daqueles que concordam plenamente que é a base, que é o sustentáculo, assim como defende com ardor o Vereador Prof. Célio Lupparelli, como todos os Vereadores -, eu tenho a idéia nítida que só através da Educação nós vamos realmente crescer, contribuir, porque essa coisa é a base, e a base é tudo na nossa vida, mas precisamos focar a nossa reunião. Se é Plano Diretor, nós temos que discutir aspectos urbanísticos, o que podemos fazer sob o ponto de vista urbanístico, já que o Estatuto da Cidade, que é a base para discussão do Plano Diretor, não faz. No Estatuto da Cidade, não é porque isso está equivocado, foi omitido, não. É porque não pertence ao escopo dessa discussão. Essa questão da Educação, sob o ponto de vista, por exemplo, do regime da integralidade ou do aluno o tempo todo na escola, é uma outra discussão, que pode ser pauta da Comissão de Educação, essa questão da estruturação. Essa questão básica deve ser discutida no Plano Plurianual, no Planejamento de Governo, onde a Comissão de Educação pode ter uma enorme contribuição a dar, na medida que coloca isso dentro da sua pauta. Mas, hoje, especificamente, teríamos que estar discutindo aqui com relação aos aspectos

urbanísticos. Por exemplo, se nos loteamentos da cidade - como depois fez menção, inclusive, o nobre Vereador Rubens Andrade - estão sendo cumpridas, ou se aquelas normas para implantação de próprios, com a indenização da parte da iniciativa privada, quando faz o seu loteamento, para definição dos critérios para implantação de escolas nesse loteamento, a quantidade, a definição física de escolas nas áreas pouco adensadas, ou não adensadas, ou muito adensadas. Esse aspecto urbanístico é que deveria estar sendo discutido aqui.

E seria fundamental também, além da presença dos Vereadores que pertencem à Comissão do Plano Diretor, a presença permanente, na discussão desse Plano Diretor, dos Vereadores que pertencem a Comissão de Urbanismo, pois o foco do Plano Diretor são aspectos urbanísticos, e deveriam estar aqui os Vereadores pertencentes à Comissão de Urbanismo, para poderem proporcionar e trazer as suas contribuições. Então, esse aspecto é importante. Provavelmente, começou aqui, às 10h30min, a Audiência Pública, e estamos aqui há duas horas, três horas, na verdade, e o extrato - embora toda reunião seja válida, a participação popular é extremamente importante nas Audiências, nós estamos aqui para isso, mas às vezes temos horas de trabalho - que fica dessas horas de trabalho, de toda essa despesa que temos, fica pouca a contribuição para essa questão do Plano Diretor.

Eu sugiro que essa questão da informação, de um plano de divulgação, por parte da Comissão, seja mais efetivo. Eu me lembro, Vereador e Presidente Dr. Jairinho, que existe uma relação de entidades que compõem até a resolução exarada pelo nosso Presidente da Câmara, uma relação que deve estar sendo comunicada. Não é isso? Aquela relação de instituições.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - No caso especial da Audiência Pública da Comissão de Educação, como sou Presidente da Comissão do Plano Diretor e dessa, nós fizemos duas comunicações, todo mundo recebeu dois convites.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA - É importante nós sabermos disso. Dentre essas instituições que foram comunicadas para virem aqui também discutir, e que não mandaram, me parece, nenhum justificativa. Não sei se tem alguma justificativa de alguma delas, mas, como foi feito pela Secretária de Educação, essas instituições não mandaram, e, de repente, vêm para cá em algum outro momento, legitimamente, mas que tem que ser cobrado no momento que tem que ser cobrado, que é este: onde está a presença dessas instituições que fazem parte de um elenco de instituições que está na Resolução da Câmara e têm que ser prioritariamente informadas e convidadas para participar dos Debates? Depois vão querer condenar, vão querer diminuir o nosso trabalho, no resultado que vamos atingir na votação do Plano Diretor. Depois vão querer fazer uma série de falácias, vão ficar falando por aí que isso está errado, que isso deveria ser assim, chorar o leite derramado. Então é importante que nós coloquemos isso aqui para que essas pessoas fiquem cientes que essas instituições têm responsabilidades e não têm comparecido.

Com relação a alguns aspectos da situação da escola pública, nós também precisamos fazer uma análise um pouco mais fria. Nós não podemos fazer: porque ir a uma Audiência Pública, porque estamos na Câmara Municipal,

porque isso é uma Casa Política e nós fazemos simplesmente a política da demagogia, da palavra fácil, na busca do aplauso, na busca da aprovação, na busca do quanto pior melhor para que a gente possa obter sucesso nas nossas palavras. Não, Precisamos fazer uma análise crítica importante, precisamos fazer justiça com o trabalho que vem sendo feito na área de educação pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Sou testemunha, visito as escolas, e as primeiras que faço questão de visitar sempre elas se situam na “Reta do João XXIII”, quase que na divisa com Seropédica onde nós temos escolas com o mesmo padrão da Prefeitura e um padrão de excelência. Nós podemos ir lá no Conjunto João XXIII, podemos ir à Escola João XXIII, na Escola Japão que fica na reta João XXIII, onde nós temos um dos mais baixos IDHs do Rio de Janeiro. E podemos ir lá e verificar que o padrão, que é um padrão de excelência, é o mesmo padrão que existe nas escolas da Zona Sul do Município do Rio de Janeiro.

Há muita coisa a ser feita? Há muita coisa. Podemos discutir uma série de questões com relação à educação do Rio de Janeiro? Podemos e devemos discutir, agora não podemos nos furtar a reconhecer a priorização que a nossa Prefeitura dá à Educação. Recordo-me que quando retornei à Câmara Municipal na outra Legislatura, ainda pelo PMDB e tive uma reunião com o Prefeito Cesar Maia e ele disse o seguinte: “Boaventura, aqui no nosso governo a prioridade chama-se Educação, para Educação não pode faltar nada”. E tem trabalhado nesse sentido.

Eu convoco as pessoas a visitarem as Escolas Públicas da Cidade do Rio de Janeiro. Podemos questionar muitas coisas e uma coisa que temos que questionar, e que eu acho que nesse Plano Diretor precisa ser incluído, é a questão, por exemplo, nas áreas físicas da segurança pública. Sei que não é competência do Município, mas podemos ver de que forma pode se estabelecer um compromisso do Estado, mais firme do que já existe constitucionalmente, até com a segurança pública das unidades que se situam em áreas de risco, pois os professores hoje não têm condição alguma de dar aula e muitas vezes têm medo de saírem de casa e quando conseguem sair, correndo risco em áreas conflagradas que nós temos na Cidade do Rio de Janeiro.

Essa é uma questão importantíssima para ser discutida no âmbito da educação. Agora as questões metodológicas, as questões multidisciplinares, essas questões pertencem à Comissão de Educação provavelmente numa outra pauta, num outro cenário.

E uma outra questão que gostaria de falar, para encerrar, é que sou oriundo da iniciativa privada em educação. Meu pai foi educador por toda a sua vida em Campo Grande, em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sou de uma família de educadores, vivi e dirigi administrativamente duas unidades escolares, cheguei a ser responsável por cerca de 6 mil alunos dentro da iniciativa privada em duas unidades escolares, desde o ensino infantil até o ensino médio. E digo para vocês, sentimos falta muitas vezes, embora isso não deva ser uma prioridade, mas sentimos falta principalmente nos dias de hoje de uma parceria, de um estreitamento, talvez, a nível de uma parceria pública-privada – por que não? Ela já existe dentro da Prefeitura, mas acredito que ainda muito timidamente, no sentido de avançarmos nesse sentido para ocupação de espaços ociosos que existem hoje em muitas escolas privadas, que poderiam ser ocupados. E nós

darmos um avanço na dimensão do número naquelas que se propuserem a isso. Tem escola privada que não quer nem saber disso. Mas existem algumas, principalmente, ainda, que precisamos expandir muito essa questão das creches.

Faço aqui, sintetizando tudo aquilo que coloquei, um apelo a S. Exa. o nobre Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão do Plano Diretor e Presidente da Comissão de Educação e Cultura – mas, principalmente, como Presidente da Comissão do Plano Diretor – que algumas medidas sejam tomadas para que a gente não perca um momento tão importante na Câmara dos Vereadores, e depois fiquemos submetidos a um julgamento menor diante de um objetivo tão perto e tão importante de alcançarmos.

Muito obrigado, bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vereador Romualdo Boaventura, a Comissão do Plano Diretor, caso específico dessa Audiência, mandou dois convites, ratificou, para as instituições, além de todas as CREs, as Metropol, as Universidades. E a partir da próxima Audiência, próxima Audiência, não, porque a próxima Audiência é amanhã. A partir do dia da Audiência que será realizada no dia 9 de abril, uma parceria da Câmara Municipal com o Globo, o Extra e o InfoGlobo, vai sair um encarte de duas folhas dentro dos jornais com as datas, sensibilizando a população a respeito do Plano Diretor e com cronogramas de datas e de depoimentos, e tudo o mais. A partir da próxima Audiência. Além dos convites de todas aquelas instituições que normalmente estão no Projeto de Resolução, além daquelas, além do convite dos Presidentes de Comissões, vai estar encartado no Jornal O Globo e no Extra, em toda a cidade, o calendário da realização das Audiências Públicas do Plano Diretor. Vou passar a palavra, para sua considerações finais, para o Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós devemos reiterar nossa decepção em relação à quantidade de pessoas participantes dessa Assembléia. Quero, como ex-Diretor de Escola Municipal, porque fui diretor por mais de 20 anos - por mais de 20 anos dirigi Escola Municipal na área de Ricardo de Albuquerque - 6ª CRE, e ainda hoje dou aula no Colégio Pentágono, da iniciativa privada, em Valqueire, às segundas e sextas, das 7 às 9 horas. Estou de pleno acordo com o companheiro, Vereador Romualdo, que as nossas Escolas Municipais têm, claro, falhas, mas, no geral, a política empregada é muito boa. Repito, fui diretor durante 20 anos, mais de 20 anos, em Escola Municipal. Claro que tem que haver aperfeiçoamento, o homem nunca está satisfeito, e cada vez temos que melhorar, melhorar e procurar aperfeiçoamento, mas endosso suas palavras de que a preocupação do Prefeito e de sua equipe é muito séria. Isso, insisto, não isenta, pelo menos, de ter algumas pessoas aqui presentes para discutirmos, não só pessoas da Secretaria Municipal, como representante, como da Estadual, de Escolas Federais, quando eu falei, falei em termos gerais, a sociedade como um todo.

Educação não é coisa apenas da Prefeitura. Estamos discutindo o Plano Diretor, a Prefeitura, claro, acho que isso deveria, até, estar abrangendo também os outros municípios. Quando eu era Diretor da Escola Municipal Alexandre Farah, que fica em Ricardo de Albuquerque, muitos alunos dos municípios ao

lado - Nilópolis, Nova Iguaçu, Mesquita - vinham para a nossa escola. Então, há necessidade de uma discussão que também envolva esses municípios.

Escrevi algumas palavras que quero, para encerrar a minha fala, Sr. Presidente, passar a ler:

(LENDO)

Este país não caminhará e não será justo enquanto não priorizar a Educação. Muita gente fala isso! Quantas vezes nós já ouvimos isso?! Mas ainda temos que repetir! Não concordo, e ainda insisto na minha indignação - estou sendo repetitivo de propósito, para que fique bem gravado -, pela ausência das pessoas que aqui deveriam estar para debaterem e fazerem proposições sobre esse tema tão relevante; e, mais ainda, inconformado pela ausência da mídia que aqui esteve quando da discussão sobre a questão da redução da maioria penal que não deveria ser o ponto principal a ser discutido, embora seja claro que tenha que ser tratado!

Diante disso, ou depois disso, passo a ler os questionamentos que nossa equipe técnica levantou.

Quanto ao Capítulo 9 - Das Políticas Sociais - Seção 1, da Educação, nós temos apresentado o seguinte:

1º - Incluir no Art. 194, do Substitutivo nº 3, a obrigatoriedade de utilização das unidades escolares na promoção das atividades sócio-educativas, ou educacionais, permanentes, envolvendo diretamente a comunidade local.

2º - Incluir no Art. 194 o papel de indutor do desenvolvimento urbano aos próprios escolares municipais.

3º - Incluir no Art. 194 o conceito disciplinar da “educação urbana”, permitindo às crianças uma iniciação aos princípios construtivos das edificações e dos espaços urbanos dos bairros cariocas.

4º - Incluir no Art. 195 a adequação dos espaços destinados às unidades educacionais, a fim de permitir a permanência do aluno na escola.

5º - Incluir no Art. 195 a adequação dos espaços destinados às creches.

6º - Incluir no Art. 195 a garantia da permanência do aluno na escola em horário integral.

Todos os alunos!

7º - Incluir no Art. 203 - e aí já estamos falando da Seção 4, da cultura - o papel de indutor do desenvolvimento urbano aos espaços culturais.

Porque aqui repetimos escola, escola, e esquecemos de falar da questão da cultura. Aqui, neste momento, estamos também falando da cultura.

Incluir no Art. 203 a instalação e conclusão das lonas culturais já planejadas pelo Poder Público Municipal.

8º - Incluir no Art. 203 o incentivo fiscal às entidades culturais de bairro, como bibliotecas, teatros e outros espaços destinados à preservação e à cultura local.

Por último, incluir no Art. 204 a promoção de parcerias público-privadas destinadas à promoção e desenvolvimento cultural nos bairros cariocas, resgatando sua história e suas memórias.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu gostaria de deixar com observação geral, considerar o potencial cultural de cada bairro, como, por exemplo, em Jacarepaguá, a Biblioteca Regional, a Casa do Poeta, a Casa dos Artistas e a Lona Cultural de Jacarepaguá.

Senhor Presidente, espero com essas considerações ter contribuído de forma prática para o bom andamento desta nossa Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Com a palavra para as suas considerações finais, o Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE - Está ali o Vereador Romualdo Boaventura. Vereador Romualdo, em que pese a sua militância e filiação ao Partido da Frente Liberal, agora Partido Democrata, em nenhum momento ouvi nenhuma fala aqui no Plenário, em nenhum dos participantes, preocupados em questionar a gestão do Sr. Prefeito que aí está, ou da Sra. Secretária. Nós estamos discutindo algo aqui que transcende a isso, e eu particularmente frisei.

Se nós ficarmos nessa lógica da atual gestão, que acaba daqui a aproximadamente 20 meses, se encerra a gestão que aí está, nós não vamos, certamente se mantiver essa compreensão, que eu espero que não seja do conjunto da maioria dos Vereadores, nós não vamos avançar verdadeiramente no Plano Diretor da Cidade, porque ele transcende. Vai transcender a essa atual gestão como também as duas próximas gestões. Isso é uma compreensão que nós precisamos entender e ter clareza disso. Está certo? Até porque, como o senhor falou, essa discussão da atual gestão cabe sim, e muito, até porque tem dados levantados pelo senhor ali, que não vou trazer aqui no momento à discussão, que são extremamente questionáveis. O que nós precisamos, na verdade, no Plano Diretor da Cidade e eu volto a falar, e na minha compreensão, na minha avaliação política, técnica e que cabe no Plano Diretor sim, porque a Mensagem do Executivo fala do Índice de Desenvolvimento Humano baixo.

Por que não o Plano Diretor? E deve, e tem que ter esse dever de apontar, já que a creche não é universalizada em nossa cidade, já que a pré-escola, segundo informações, não consegue atender em tempo integral por vários motivos. Por que não o Plano Diretor? E ele tem uma, como foi dito aqui ontem por uma pessoa que fez uso aqui da palavra, o Plano Diretor precisa apontar metas, sim, para poder você, ao longo de 10 anos, saber se deu certo ou não.

E é por isso que eu volto a falar, e o Vereador Lupporelli já fez ali até uma leitura como Relator da nossa reunião, que no Plano Diretor tem que se priorizar aqui as construções de creche e pré-escola na cidade. Tem que ter um parâmetro. E qual é esse parâmetro? Onde o Índice de Desenvolvimento Humano é baixo para que não fique vulnerável.

Vereador Romualdo Boaventura, as pressões políticas partidárias, seja lá que o for, seja neste governo ou nos outros que sucederem, precisa atender um determinado reduto eleitoral ou garantir maioria, seja lá o que for, esse é o perigo. E o Plano Diretor tem que apontar isso, sim. E a partir da realidade dos membros Vereadores desta Casa, ou de quem apresentar Emenda, que é necessário retomar a escola em tempo integral, o Plano Diretor tem que garantir na Educação o artigo que dê instrumentos legais para Secretaria de Habitação

intervir e atuar, que uma determinada metragem de área quadrada não é suficiente para isso. Precisamos fazer isso, porque senão vamos ficar com aquela velha história no Brasil que é prioridade. É prioridade, é prioridade, é prioridade, mas aí é o resultado final?

E quem está dizendo não é o Vereador Rubens Andrade, são os dados das pesquisas agora. Os resultados de nossas crianças que saem lá do ensino fundamental, nosso antigo primário, ginásio, que é o acesso ao ensino médio, e no final são resultados que deixam a desejar em todas as instâncias de nossa Cidade do Rio de Janeiro. Agora que começa a se falar num Apac para educação, seja lá o que for. E como bem falou aqui o Vereador Célio Lupporelli: por mais que se critique o estado da educação ou defenda o que foi feito, ela não tem se demonstrado uma... vamos dizer, não uma moeda de troca, mas que dê um rendimento eleitoral, como no início, de repente, você não acompanhou a fala do Vereador Professor Célio Lupporelli, citando um candidato a Presidente da República e o seu retorno eleitoral. Na questão de se estar a favor ou não do que foi feito, mas do que precisa ser feito. E o Plano Diretor tem que tratar dessas questões em nossa cidade porque é uma questão fundamental e estratégica. Eu estou convencido de que Educação e Cultura na compreensão de formação, vamos ter uma companhia de limpeza urbana que vai reduzir os seus custos. Nenhuma fala aqui foi de aplauso fácil, seja lá o que for, mas pelo contrário, é difícil hoje e para quem exerce mandato político, Vereador Romualdo Boaventura, falar que parcela do problema ambiental da nossa cidade passa por responsabilidade da população. Isso é importante que seja dito mesmo que se tire apoio político ou seja lá o que for. Então, eu estou aqui de certa maneira concordando com o senhor, mas nessa compreensão de que o Plano Diretor precisa avançar na área da Educação com metas e objetivos até para que depois de dez anos nós possamos falar se foi esse o caminho ou não foi. Porque o que está acontecendo hoje, depois de dez anos nós não temos o diagnóstico, que eu até politicamente em relação ao Plano Diretor de 1992, mas nós não conseguimos comparar e saber os dados do que avançou ou não porque viraram ações pontuais e dispersas em nossa cidade.

São essas as considerações. A participação de todos é importante. Mesmo que o Plenário não esteja com uma grande participação, essa tem que ser nossa preocupação: discutir a qualidade e o avanço do atendimento em nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Agradeço a presença do Vereador Dr. Nelson Ferreira, passo para as considerações finais da Vereadora Silvia Pontes.

A SRA. PRESIDENTE (SILVIA PONTES) – Fiz questão de voltar a minha fala porque anteriormente eu falei em relação à Educação e na hora que o nobre Vereador me chamou me pegou desprevenida. Estou desapontada com o desinteresse. Você vê uma questão de tanta relevância e totalmente... De longe você vê e não imagina que o assunto que está sendo discutido aqui seja o Plano Diretor para a Educação. Como falou o meu nobre colega Vereador Prof. Célio Lupporelli, no dia em que se falou da maioria aos 16 anos, estava cheio e lotado e na verdade a gente não atenta que tudo isso que a gente fala sempre quando vem aquele discurso político-eleitoreiro, a Educação. E hoje a gente está

aqui discutindo o Plano Diretor com relação à Comissão de Educação e Cultura e é um desinteresse total. Quero deixar aqui o meu desapontamento de ver o desinteresse da população, de nossos colegas, enfim, como um todo. Mas quero enfatizar – e vou ler para não me estender porque eu como professora me estendo quando falo – o que eu escrevi com relação à cultura. Na Cultura, com relação aos objetivos:

(LENDO)

“Trata de forma muito abrangente a Política de Cultura quanto ao Desenvolvimento Urbano. A minha sugestão é que além de também buscar um debate junto à Secretaria Municipal de Culturas e à Secretaria Municipal de Urbanismo através da Comissão Especial da Câmara Municipal, para juntamente com os Vereadores ajustar as propostas do Plano Diretor, objetivando melhor integração dos objetivos com relação aos aspectos urbanos. Existe outra importante questão que cabe aqui aprofunda, ou seja, a definição de projetos culturais destinados à inclusão social.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Dou como exemplo os equipamentos culturais que devem atender o desenvolvimento urbano da área. Por exemplo, na Praça General Osório temos uma feira e temos que trabalhar mais descobrindo outros espaços desse tipo mas tentando trabalhar os artesãos, para não confundir. Muitas vezes as feiras que a gente vê tem muita camelotagem, são pessoas vendendo material importado. Deveríamos descobrir espaços na cidade para utilizar esses espaços da cidade para o desenvolvimento.

E com relação às diretrizes da sub-seção II.

(LENDO)

Defende a democratização na distribuição dos equipamentos culturais entre outras iniciativas de garantir acesso à população. A minha sugestão é que se faça uma elaboração de um planejamento de ocupação e ampliação dos espaços destinados às manifestações culturais, através da apresentação anual de um plano de eventos populares.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Um exemplo: que se faça um estudo. Temos pela cidade inúmeros teatros que estão abandonados, e que esses espaços sejam utilizados pela população, de forma que se estude teatros, ginásios, para se poder desenvolver algum trabalho. Um exemplo que dou que já vem sendo feito: a cidade da música que está sendo construída, a Feira de São Cristóvão, que foi reformada e é um espaço cultural de acesso á população. Enfim, não precisa se construir, mas que a gente busque na cidade, principalmente na Zona Norte e Oeste, espaços desse estilo, para se fazer maiores eventos culturais.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Com a palavra para considerações finais, o Relator da Comissão Especial, o Vereador Jorge Felipe.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – Senhor Presidente da Comissão de Educação e Cultura, nobre Vereador Dr. Jairinho, Sr. Vereador Rubens Andrade, também integrante da referida Comissão, seu Vice-Presidente, nobres Vereadores Prof. Célio Lupparelli, Silvia Pontes, Romualdo Boaventura, Senhoras e Senhores, acompanhei atentamente as exposições aqui proferidas, e vejo-me obrigado a fazer alguns comentários. Primeiro, que a Comissão Revisora do Plano Diretor está subordinada a regras. Uma delas, regras regimentais. E outros dispositivos, como por exemplo a Resolução 1.052, que estabelece como dar-se-á a tramitação do Plano Diretor nesta Casa. Desnecessário indagar do Sr. Presidente da Comissão Revisora e também Presidente da Comissão de Educação e Cultura, nobre Vereador Dr. Jairinho, se foram convocadas ou convidadas. Digo, as entidades relacionadas no Anexo I da referida Resolução, dentre elas, notadamente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Centro Universitário da Zona Oeste, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, a Universidade Gama Filho, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Santa Úrsula, a Universidade Veiga de Almeida, a Universidade Castelo Branco, o Centro Universitário Moacir Bastos, o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste, a Secretaria Municipal de Educação e de Cultura... Desnecessário fazer essa indagação, porquanto os expedientes que estão aqui em minhas mãos, atestam de que houve um zelo por parte, tanto da Comissão Revisora do Plano Diretor, quanto da Comissão de Educação e Cultura, como também por parte da Mesa Diretora. Atos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Ivan Moreira, publicado a primeira vez no dia 28 fevereiro, republicado o convite no dia 2, tudo publicado no DCM no dia 2 de março, e republicado no dia 4 de março, pela segunda vez. Comunicação não faltou. O que faltou foi interesse. O que faltou foi responsabilidade. A começar – pena que o Vereador Romualdo Boaventura não esteja aqui, já que S. Exa. procedeu á defesa do Poder Executivo.

Eu não estou aqui na posição de oposição ao Poder Executivo, mas a Sra. Secretária Municipal de Educação... Aliás, quero fazer uma indagação. Há alguma representante oficial da Secretária Municipal de Educação aqui entre nós? Pelo silêncio, tenho a resposta.

Há alguma representação oficial da Secretaria das Culturas do Município?

(Uma senhora se destaca)

Aqui nós temos a representação.

Foi encaminhado expediente à Câmara Municipal? O nome da senhora, por favor.

(A mesma senhora se identifica)

A Secretaria das Culturas teve zelo, teve cuidado e responsabilidade, mas a Secretaria Municipal de Educação alegar, como faz, no seu expediente (nº 518) – “Informamos que na data acima mencionada os dirigentes do Nível Central e

do Nível Intermediário da Secretária Municipal de Educação estarão participando da Reunião Mensal da nossa Secretaria”. Todos? Impossível que não se faça aqui representar em razão dessa reunião! Isso é descaso! Mais do que descaso, é uma irresponsabilidade.

Estou pensando até em propor uma Moção de Repúdio ao comportamento da Secretária Municipal de Educação, coletivamente. Não dá para continuar a tramitar com o Plano Diretor nestas condições, com ausência da representação do Poder Executivo em algumas pastas. Não dá! O Vereador Eliomar Coelho está certo. Penso – e não falo aqui como Presidente da Comissão de Educação, falo como Presidente da Comissão Revisora do Plano Diretor e com os demais Vereadores aqui presentes – que urge uma reunião da Comissão da Revisão do Plano Diretor para discutirmos algumas questões em relação à comunicação pelo Plano de Mídia. Penso que é fundamental e indispensável que haja uma convocação, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de todos os integrantes da Mesa Diretora, dos integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor e dos membros efetivos das Comissões Permanentes. Precisamos estar junto para construir uma solução para este momento tão grave que nós estamos vivendo. É grave. E nós não podemos assumir essa responsabilidade sozinhos. Nós não temos esse direito. O dever nos convoca para uma reunião com todos os membros desta Câmara Municipal. Não é possível que haja um esvaziamento, inclusive, de Vereadores neste Plenário.

Tenho o maior respeito pelo Vereador Romualdo Boaventura, mas S. Exa. – ou eu entendi errado – tem uma visão distorcida do que é o Plano Diretor. Citar um artigo inicial – o Substitutivo nº 3 – dizendo que o Plano Diretor reporta-se única e exclusivamente a questões urbanísticas e à função social da sociedade não é verdade! Não é apenas isso! É mais amplo! Reporta-se o Plano Diretor à função social da cidade e aos compromissos que nós temos com os munícipes desta cidade. Não foi à toa, Vereadores, senhoras e senhores, que, no dia 16 próximo passado, o Desembargador Siro Darlan, aqui nesta Mesa Diretora dos trabalhos, proferiu uma pérola que está publicada no DCM de hoje.

Diz o Desembargador Siro Darlan:

(LENDO)

Queremos a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa Lei que veio regulamentar o Art. 227 da nossa Constituição Federal, que, consoante compromisso que o Brasil assumiu com a comunidade internacional, resolver erigir à categoria de cidadão o último segmento da nossa sociedade a quem era negada a cidadania. Crianças e adolescentes são cidadãos pelo texto da nossa Constituição, pelo compromisso que o Brasil assumiu com a comunidade internacional. O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o documento internacional que teve o acolhimento de todo o planeta, exceto duas nações. Apenas duas nações não assinaram esse compromisso de respeito aos Direitos da Criança. E ali está escrito, está definido que a criança é aquele ser humano até 18 anos.

Também o Brasil é signatário de várias outras cartas internacionais, como as Diretrizes de Riad, em que também está definida a criança como o ser humano até 18 anos. Então, qualquer tentativa de mudança na questão da

responsabilidade penal vai passar antes pela renúncia do Brasil ao assentimento, ao consentimento desses documentos internacionais. Por outro lado, sabemos que se trata de cláusula pétrea de nossa Constituição, é um direito fundamental da criança brasileira que a responsabilidade penal comece aos 18 anos. Nós temos repetido, cada vez que acontece um fato grave envolvendo crianças e adolescentes, que esses fatos, felizmente, ainda são muito raros. Embora, pela sistemática e pelas circunstâncias de exclusão do nosso país, pudesse até justificar que fatos graves dessa natureza se repetissem com maior frequência, mas isso não é a nossa realidade. A violência atribuída a menores de idade do Brasil não atinge o patamar de 10%, embora se justificasse e talvez até – vou dizer uma frase forte – fosse motivo de orgulho que nós pudéssemos ver nossa juventude, nossa criança oprimida, maltratada, reagindo, ao contrário do que se vê em outras partes do mundo, como por exemplo em algumas nações africanas, em que as crianças simplesmente morrem porque não têm sequer capacidade de resistência.

E a nossa, quando pratica um ato infracional dentro do processo de invisibilidade que nós colocamos a nossa criança, o nosso adolescente, nós deletamos a nossa criança do nosso visual. E eles só conseguem se tornar transparentes, só conseguem visibilidade quando praticam algum tipo de ato infracional. E, mesmo assim, o desejo de alguns segmentos da nossa sociedade, que eu desconfio quais sejam os motivos, cada vez que os adolescentes reagem e dão transparência à sua exclusão social, essas pessoas trazem à baila do debate sobre a redução da responsabilidade penal. Eu acho que nós deveríamos mudar o teor deste debate para exigirmos um aumento, sim, da responsabilidade social do administrador público. Porque este, sim, é o responsável por este descalabro.

E aqui é importante falar nesta Casa, onde estão os representantes que foram eleitos pelo Rio de Janeiro, os representantes do povo e que, infelizmente, não têm uma atuação mais vigorosa no sentido de exigir, por exemplo, por exemplo, que o Prefeito deste Município cumpra o seu dever constitucional de garantir prioridades absolutas nas Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes (PALMAS). No momento em que nós tivermos uma Lei que exija responsabilidade, que leve ao *impeachment*, que leve à cassação do mandato daquele Administrador Público que não constrói Políticas Públicas que evitem a exclusão social de crianças, aí, sim, nós estaremos começando a dar seriedade a este Mandamento Constitucional do Art. 227 da nossa Constituição.

A Lei que regulamenta o Art. 227 diz, no seu artigo primeiro que esta Lei trata da proteção integral à Criança e ao Adolescente. A primeira pergunta que devemos fazer: estamos respeitando este artigo? Estamos garantindo creche para todas as nossas crianças? Quando reclamamos que há crianças nas ruas sendo exploradas, sim, pelos pais, nós buscamos as causas desta exploração? Sabemos que estes pais não têm onde deixar as suas crianças para poderem trabalhar? Temos espaço na mídia para dizer, para discutir e trazer à baila que a fonte de toda essa violência começa com a irresponsabilidade do administrador público? Temos escolas de horário integral para todas as nossas crianças, para que elas não fiquem à mercê da criminalidade, sendo exploradas pela criminalidade? E de quem é a responsabilidade deste fato, senão do administrador público, que não lhe garante o direito ao acesso à Educação?

Temos aqui no Rio de Janeiro algum programa vigoroso de apoio à família carente? Temos algum programa de ensino e orientação às famílias que têm cinco, seis, dez filhos, e nenhum planejamento familiar? Têm essas famílias acesso à Educação e à Saúde para poderem exercer o direito que é assegurado pela Lei federal? Pela Lei, aquelas mulheres maiores de 25 anos, com mais de dois filhos, podem fazer a ligadura gratuitamente em Hospital Público. Nada disso existe. Então, vou fazer uma rápida leitura do Art. 5º do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

(LENDO)

Art. 5º – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da Lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Negligentes são os administradores públicos. Esses sim, que precisam ser responsabilizados administrativamente e penalmente. O que nós estamos fazendo, até quando trazemos à discussão a redução da responsabilidade penal, é um ato de discriminação contra crianças pobres, crianças negras e crianças excluídas. (PALMAS) Então, enquanto não respeitarmos os Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes, não temos autoridade moral para pensar em reduzir a responsabilidade penal.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

E a Câmara ouviu tudo isso calada, emudecida, porque são palavras verdadeiras. O Plano Diretor é o instrumento apropriado e correto para se discutirem as Políticas Públicas Setoriais: Educação, Saúde, Transporte, Cultura, etc. Não é uma questão de discutir aspectos urbanísticos da Cidade apenas. Também isso.

Sr. Presidente, eu não vou me alongar, mas entendo que é preciso – e quero sugerir à Comissão de Educação e Cultura – que se faça uma Audiência Pública Conjunta, convidando a Secretária Municipal de Educação e o Desembargador Siro Darlan. Vamos discutir essas questões que dizem respeito não à diminuição da menoridade penal, mas sobre quais os instrumentos capazes de resgatar essas crianças do caminho da criminalidade. Esse é o nosso papel. Esse é o nosso desafio.

Ontem, nós que estávamos aqui presentes, nós cinco Vereadores e mais alguns, ouvimos o Sr. Boisson falar sobre as Apacs. Hoje era um dia propício para que o Sr. Boisson estivesse aqui e para que o Sr. Ricardo Macieira também estivesse aqui para encontrarmos explicação plausível para que, quando foi estabelecida uma Apac como a do Leblon e Ipanema, com centenas de imóveis, se explique que razão orienta a retirada de dezenas deles da Apac dias depois. Que razão justifica a retirada meses depois de outros imóveis da Apac? Das duas uma: ou o trabalho não foi conduzido com a retidão com que deveria ter sido

feito, ou, o que é pior, estão “desAPACando” imóveis por conveniências políticas. E quero parar aqui: conveniências políticas. Não quero imaginar que seja por outras coisas.

Nós precisamos discutir bem essa questão das Apacs. Isso mexe com o direito de propriedade das pessoas, assegurado na Constituição Federal. É claro que tem que ser compatibilizado com a função social da propriedade e com o interesse da cidade, mas, a julgar pelo que foi denunciado daquela Tribuna, nós precisamos ter uma discussão profunda sobre a questão das Apacs, e não nos contentarmos apenas com manifestação isolada do Sr. Boisson. Vamos fazer uma Audiência Pública a respeito.

Quero propor à Comissão de Educação e Cultura, que os senhores têm a responsabilidade de conduzir, porque as Apacs se referem ao ambiente cultural, que façamos uma discussão aqui com os “Apacados”, participando com os Secretários de Cultura e Urbanismo e outros.

Bem, o sucesso do Plano Diretor dependerá, naturalmente, nobre Vereador Dr. Jairinho, de nós conseguirmos passar para o conjunto da Câmara Municipal e da sociedade a sua importância. Parece que, infelizmente, nós ainda não conseguimos. Infelizmente não conseguimos. A julgar pela Audiência Pública de ontem e a julgar pela Audiência Pública de hoje, e, certamente, a de amanhã, de Abastecimento, Indústria e Comércio, nós vamos ter um Plenário nessas condições que a gente tem.

Deus permita que eu me engane! Nós vamos estar aqui amanhã. Não é amanhã a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura? Vamos estar aqui para atestar, mais uma vez, que nós não estamos conseguindo nos comunicar com a sociedade carioca.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vamos convocar, através da Comissão de Educação e Cultura. Marcaremos a data. A Presidência acata a proposição do Vereador Jorge Felipe com respeito à discussão das Apacs. Já falei que, a partir do mês que está por vir, vai haver um encarte do Jornal O Globo a respeito das datas das novas Audiências e outros Seminários e convocações.

Quero agradecer aos poucos presentes aqui e, especialmente, ao Vereador Jorge Felipe, à sua indignação que advém de um trabalho que S. Exa. vem fazendo de forma coerente e dedicada, presentes em todas as Audiências, com muito interesse. Concluo com otimismo, esperando que as próximas Audiências despertem maior interesse e que consigamos sensibilizar a população da importância do nosso Plano Diretor.

Obrigado!

Dou por encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h50)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Léa Castello Branco (Vice-Reitora da UEZO – Universidade Estadual da Zona Oeste), Eliana Lustosa (Gabinete do Deputado Federal Edson Santos), Primavera Moura (Gabinete do Deputado Federal Edson Santos), Maria Martins Magalhães (IPP – Instituto Pereira Passos), Rosilene de Souza Carneiro (Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor RJ), Eliana Junqueira (Representante do Qualyvida), Juvenal de Andrade, Patricia Carvalho (Gabinete da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira), Helena Maria, Dra. Ligia Vianna Mendes (Professora), Nena Dupré (Assessora da Vereadora Aspásia Camargo), Felipe Cordeiro de Carvalho.